

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Aeroporto imprevisível

A previsão de reabertura do Aeroporto Salgado Filho, de Porto Alegre, em 30 dias, terá que ser refeita. Os especialistas dizem que quando a água baixar, serão, pelo menos, mais 30 dias de testes e medição do asfalto para ver se a pista suportará os pouso.

## Emenda "filhote"

Esse é o nome que os deputados deram à divisão das emendas individuais para atender ao Rio Grande do Sul. A sugestão, apresentada na Comissão Mista de Orçamento, permitirá aos deputados dividirem uma emenda em várias. E, assim, distribuir os valores aos municípios gaúchos.

## Cobre e fiscalize

No Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), as emendas de deputados e senadores estão elencadas no site e diz em que foram aplicadas. Há quem defenda que o mesmo sistema seja adotado, agora, num banco de dados de fácil acesso, sobre os recursos encaminhados ao Rio Grande do Sul.

## Sem clima

Com a situação no Rio Grande do Sul cada dia mais triste, o quinquênio do Judiciário tende a ir para a gaveta. Não dá para aumentar os vencimentos dessa e de outras categorias enquanto os gaúchos precisam reconstruir todo o estado e tem milhares de desabrigados.

## Um teste sem cheque em branco



A Comissão Mista de Orçamento se dispôs a ajudar na aceleração de propostas para suplementação orçamentária por meio dos projetos de lei — os chamados PLNs —, com votação prevista para amanhã, na sessão do Congresso. Mas a oposição bateu o pé e, com o apoio dos partidos de centro, não permitiu que se fizesse nada por decreto, sem autorização do Parlamento.

» » »

Por falar em autorização... A proposta para deputados de outros estados mandarem emendas para o Rio Grande do Sul foi objeto de acordo na reunião da CMO. Só tem um probleminha: resta saber se as excelências vão deixar de atender os seus prefeitos para reforçar o volume de recursos para a tragédia que vive o Rio Grande do Sul. Em ano eleitoral, conforme o leitor da coluna já sabe, há resistências.

## CURTIDAS

**Chiquinho e o "padre" /** O ex-senador Chiquinho Escórcio, do Maranhão, estava no corredor do Senado quando, de repente, passa Padre Kelmon — sim, aquele que foi candidato a presidente da República pelo PTB. Chiquinho não se conteve: "Padre, padre!" Kelmon olhou para ver quem o chamava. Chiquinho foi direto: "Eu te excomungo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo!" Gargalhada geral na roda de maranhenses.

**Cara de paisagem /** Kelmon não disse nada. Desviou o olhar e seguiu seu caminho. Ele procura um partido para concorrer à prefeitura de São Paulo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

**Mudança de planos /** O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG, foto), avisou a amigos que não deve mais viajar aos Estados Unidos para a Brazilian Week, com vários eventos, tais como o Lide Brazil Investment Forum, de João Doria, outro do *Financial Times*, uma apresentação do Vale do Lítio (o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais) na Nasdaq e, ainda, o Fórum Esfera. Os eventos em Nova York são vistos como uma oportunidade de atrair investimentos para o Brasil e busca de parcerias, inclusive, para enfrentamento às mudanças climáticas.

**E já que falamos nas mudanças climáticas... /** Não estamos preparados para enfrentar tragédias climáticas do tamanho desta que ocorre no Sul do país. É preciso que o poder público estude, aprenda e planeje para evitar que essa tristeza se repita.

**OBITUÁRIO /** Magistrado era considerado um dos mais brilhantes juristas da sua geração e reconhecido como um profundo conhecedor do direito. Foi um colaborador frequente do caderno *Direito & Justiça*, do **Correio**

## Carlos Mathias, ministro do STJ

» INGRID SOARES

O ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Carlos Fernando Mathias de Souza morreu na noite de ontem, aos 85 anos, em Brasília. A informação foi confirmada ao **Correio** pela família. O magistrado estava sendo atendido em casa. Natural do Rio de Janeiro, Mathias deixa mulher, duas filhas e um neto. Ainda não há informações sobre o velório.

Mathias integrou o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). Com duas graduações, formou-se em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Lecionou também na Universidade de Brasília (UnB) e no Uniceub. Foi ainda professor do curso de mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O magistrado fez o curso de direito internacional público da Academia de Direito Internacional de Haia (Holanda), em 1969, e para juízes federais, em Roma,

e no Federal Judicial Center, em Washington. Pelas atividades desenvolvidas na área jurídica e de docência, recebeu centenas de prêmios e títulos de instituições públicas e privadas, brasileiras e do exterior. Entre elas, destacam-se a Medalha do Mérito Professor San Tiago Dantas. Foi presidente da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABLJ) e presidente do Instituto Italo-Ibero Brasileiro de Estudos Jurídicos (IIB).

De acordo com o site do TRF-1, o ministro aposentado advogou no Rio de Janeiro, entre 1961 e 1962, na Bahia — de 1974 a 1977 — e no Distrito Federal. Tomou posse como juiz federal do tribunal em 17 de fevereiro de 1995, pelo quinto constitucional.

## Autoralista

Mathias publicou a obra *Direito Autoral*, de 1980 — era considerado um renomado autoralista, área em que realizou diversas publicações. Foi um colaborador frequente do suplemento *Direito & Justiça*, do **Correio**.

Amigos o destacam como uma figura emblemática, não apenas pela extraordinária trajetória profissional, mas pelo impacto deixado entre aqueles que

Edy Amaro/CB/D.A Press



Carioca, Carlos Mathias teve uma sólida trajetória na advocacia até tornar-se um dos integrantes do TRF-1

com ele conviveram no direito e na academia. "Sua voz ressoa nas salas de aula, nos tribunais e nas páginas de seus livros. Seus

milhares de artigos, publicados em jornais de grande circulação, guiaram gerações de estudantes, advogados e magistrados",

homageou Esdras Dantas de Souza, advogado, presidente da Associação Brasileira de Advogados (ABA) e ex-aluno de Mathias.

## » STF tem cinco votos pela Lei das Estatais

O Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não concluiu o julgamento sobre as restrições a indicações políticas previstas na Lei das Estatais, mas tudo indica que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve conseguir uma vitória importante. A maioria dos ministros sinalizou que, independentemente do resultado da votação, o governo não precisará rever indicações passadas. Com isso, dirigentes de empresas importantes serão poupados — como a Petrobras, por exemplo. Até a conclusão do julgamento, vale a liminar do ministro aposentado Ricardo Lewandowski, atual ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Lula, que abriu caminho para o presidente fazer as indicações. A decisão vigora desde março de 2023. O placar de ontem fechou em cinco votos para considerar constitucionais as restrições para a indicação de estatais e dois contra.

## CONGRESSO

## Volta do DPVAT é aprovada

» ALINE BRITO

O Senado aprovou, ontem, o texto-base do Projeto de Lei Complementar 233/23, que retoma a cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT).

A proposta passou por 41 x 28. Agora, o texto segue para sanção ou veto presidencial e deve passar a vigorar somente no próximo ano. O valor do seguro deve ficar entre R\$ 50 e R\$ 60 a cada licenciamento anual do veículo.

O antigo DPVAT, extinto

durante o governo de Jair Bolsonaro, passará a ser chamado de Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), que será cobrado de proprietários de automóveis novos e usados para pagar indenização por acidentes.

De acordo com o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, um levantamento do Ministério da Fazenda indica que o SPVAT deverá ter o custo para o condutor entre R\$ 50 e R\$ 60.

Depois da aprovação do texto-base, os senadores analisaram o destaque da emenda incluída no projeto, que antecipa R\$ 15,7 bilhões de crédito ao governo. O

Senado acatou o "jabuti" por 43 x 26. Com isso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá destinar parte desse valor ao pagamento de emendas de comissões.

Ainda na Comissão de Constituição e Justiça, Wagner adiantou que o Palácio do Planalto vetará um artigo que determina que o condutor que deixar de pagar o seguro sofrerá infração grave — e deverá ser multado. "É uma penalização

excessiva que veio da Câmara e será vetada pelo presidente da República", afirmou Wagner.

O líder do governo afirmou ainda que o valor do seguro — calculado entre R\$ 50 e R\$ 60 — foi definido pela equipe econômica. A aprovação do novo DPVAT era uma das condições para a realização da sessão do Congresso que analisará os vetos presidenciais, marcada para hoje.